

A Verdade Entra em Cena

Face a notícias publicadas nos últimos dias envolvendo o Teatro Municipal de Cascavel, que podem levar a opinião pública a atribuir responsabilidades indevidas e fazer julgamentos precipitados por eventuais falhas encontradas na edificação, a Construtora Guilherme, em respeito a seus clientes e amigos e à reputação conquistada em mais de duas décadas executando obras públicas e civis em todo o Brasil, vem prestar a quem interessar possa os seguintes esclarecimentos.

Antes de mais nada, é fundamental lembrar e ressaltar que a obra do Teatro foi iniciada em 2000 e por ela passaram, primeiramente, duas empresas contratadas para executar serviços de fundação e assentamento de blocos e vigas.

Pouco tempo depois dessa fase, a construção foi paralisada e assim ficou por oito longos anos até que a Prefeitura Municipal promovesse nova licitação para retomada da obra.

Entretanto, tendo a primeira colocada do certame, após três meses de trabalho, desistido de seguir com a obra, a Guilherme, na condição de segunda colocada, assumiu em abril de 2008 a tarefa de concluí-la pelo mesmo valor proposto pela vencedora, desde que os projetos fossem todos revisados e houvesse também um reequilíbrio contratual nos valores do aço e do concreto, uma vez que a inflação foi consideravelmente alta naquele ano.

Na época, o então prefeito Lísias Tomé aceitou as condições e a Câmara de Vereadores homologou o acordo.

Cabe destacar que os projetos apresentavam inúmeros problemas de compatibilização, ou seja, não se completavam.

O arquitetônico conflitava com o estrutural, o elétrico com o hidráulico, e assim por diante.

Ocorre que a Prefeitura providenciou apenas a atualização do projeto arquitetônico; os demais permaneceram defasados ou incompatíveis.

Para que a obra não sofresse nova interrupção, decidimos, por nossa conta, corrigir e adequar alguns dos projetos e fazer as alterações necessárias, ainda que, legalmente, não estivéssemos obrigados a atender tal encargo.

Em 2009, já com as obras em atraso devido à situação não resolvida dos projetos e também por falta de pagamento à construtora, o então prefeito Edgar Bueno, logo no início de sua gestão, sugere uma rescisão contratual, prontamente acatada pela Guilherme desde que fossem pagos os serviços executados.

Porém, após forte pressão da população e da imprensa, o prefeito volta atrás, desiste da proposta de rescisão e decide manter o contrato.

A Construtora Guilherme retoma os serviços com nova promessa de que os projetos seriam, finalmente, todos corrigidos e que não faltariam recursos para o bom andamento da obra.

Parte dos projetos foi, de fato, atualizada, embora muito lentamente.

Na verdade, não se sabe por quais razões, a administração pública não dava à construção do Teatro a importância merecida, o que fazia com que os trabalhos andassem a passos de tartaruga, gerando imensos prejuízos para a Guilherme.

Para piorar, o prefeito resolveu não acatar o acordo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, que já havia sido aprovado pela Câmara Municipal, e determinou a suspensão de novos pagamentos à construtora.

No meio desse impasse, em uma reunião com a participação de membros da administração municipal da época, de engenheiros do Programa Paraná Cidade (que financiou parte da obra) e dos autores do projeto arquitetônico, foi apresentado um novo layout interno para atender às novas normas de acessibilidade e propiciar maior conforto aos espectadores, com a sugestão de que tais serviços deveriam ser objeto de nova licitação, uma vez que o valor dessa atualização não poderia ser aditivado à Construtora Guilherme.

A maioria dos presentes concordou com esse encaminhamento, menos a administração municipal, o que nos levou a alertar, por exemplo, de que não seria prudente fazer todo o forro em gesso enquanto não se tivesse em mãos o projeto da tubulação do ar condicionado.

Refutando nossa argumentação, a Prefeitura Municipal optou por fazer o que estava especificado, frisando que, quando acabasse o contrato com a Construtora, se fosse necessário, desmancharia tudo e faria novamente.

Discordando frontalmente da solução proposta, a Guilherme não viu outra saída senão solicitar uma rescisão contratual, acertada na sequência consensualmente entre a Prefeitura e a empresa, que, ao encerrar parte da obra, devolveu ao poder público o valor de R\$ 600.000,00 em contrato.

Daí em diante, a Prefeitura Municipal assumiu a responsabilidade pela continuidade da obra e promoveu várias licitações fatiadas para a sua conclusão.

Especificamente no caso das rachaduras existentes em uma parede do setor onde se localiza a bilheteria do Teatro, temos conhecimento de que foi realizada uma perícia técnica para averiguar eventuais responsabilidades pelo defeito, considerando o fato de que várias empresas, conforme informamos neste relato, tiveram participação na obra no decorrer desses dez anos.

Sabe-se que, em uma avaliação prévia, o exame apontou, sem chegar a uma conclusão definitiva, que uma soma de fatores poderia ter causado o problema, como, por exemplo, falhas na fundação, erros de projetos ou provocado indiretamente pela execução de serviços em seu entorno.

De qualquer modo, é bom que fique claro, para a tranquilidade das pessoas que trabalham e frequentam o Teatro, que as rachaduras surgiram em um pequeno anexo da construção, sem oferecer qualquer risco de comprometimento da solidez da estrutura, erguida dentro das mais rigorosas técnicas de engenharia presentes nas dezenas de obras de envergadura similar que já executamos em diversas regiões do país.

Segundo informa a Prefeitura, foram investidos, em valores atualizados, mais de 15 milhões de reais na obra do Teatro Municipal de Cascavel, sendo que a Construtora Guilherme recebeu R\$ 6.638.256,14 para executar 8.533,82 m² da área construída, ou seja, R\$ 777,88 por m².

Entregamos a edificação no dia 5 de setembro de 2011 com 80% das obras concluídas.